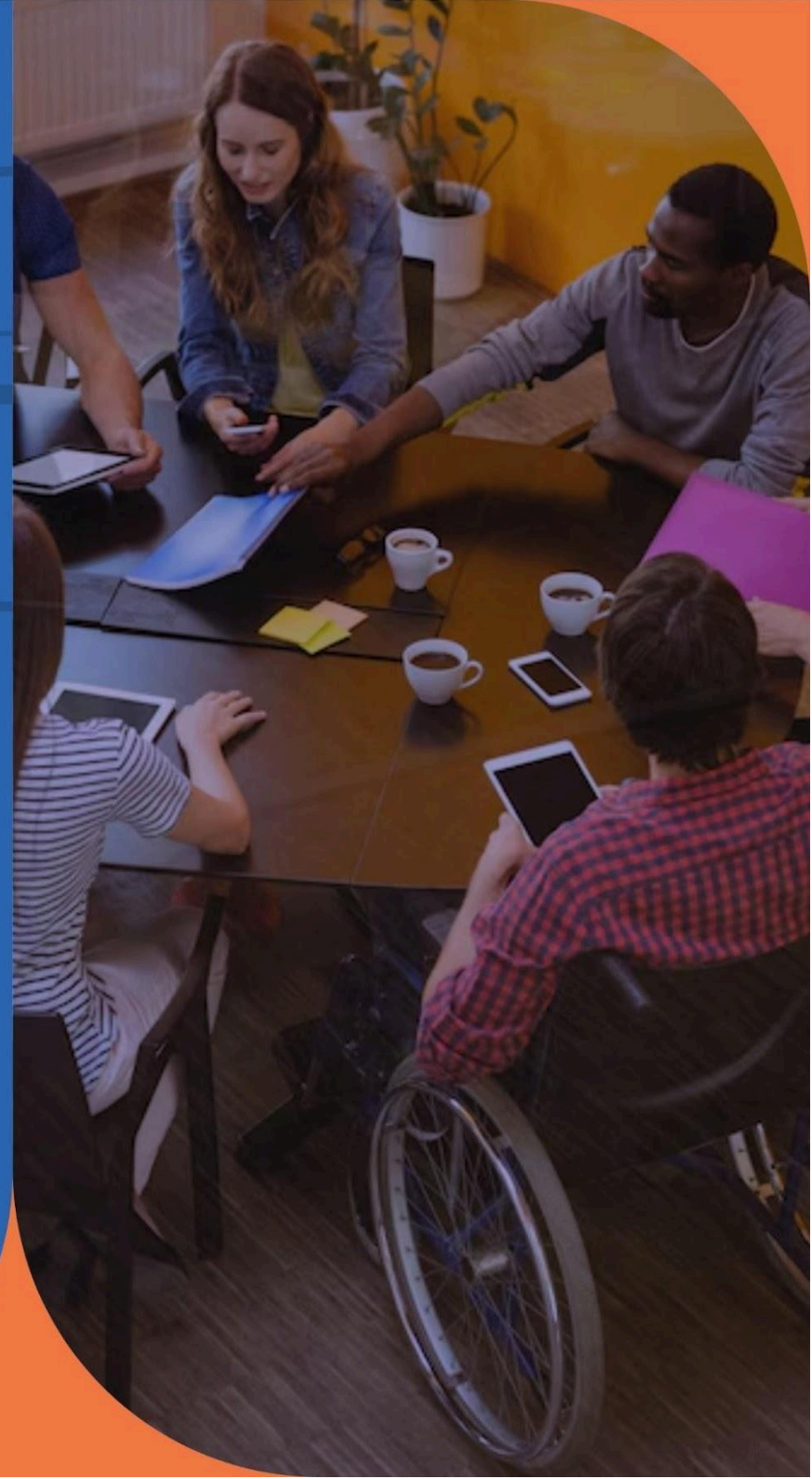




Tribunal
Regional
Eleitoral-PI

Plano de Ação **Acessibilidade** e inclusão **2025**





Tribunal
Regional
Eleitoral-PI

Plano de Ação **Acessibilidade e inclusão** 2025





**NÚCLEO DE SUSTENTABILIDADE E DE ACESSIBILIDADE E
INCLUSÃO (NSA)**

Sérgio Gonçalves de Miranda
Aline Patrícia de Melo Gomes Deolindo
Maria Elisabeth de Sousa Aguiar Schuck
Temilson Fernandes dos Santos (Estagiário)

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA
(ASPLAN)**

Raimundo Nonato Gonçalves Júnior

NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E CIÊNCIAS DE DADOS

Daniela Bandeira de Carvalho
Israel Oliveira da Costa Sousa

ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Breno Ponte de Brito

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins
Presidente

Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Dr. Nazareno César Moreira Rêis
Juiz Federal

Dra. Maria Luíza de Moura Mello e Freitas
Juíza de Direito

Dra. Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio
Juíza de Direito

Dr. José Maria de Araújo Costa
Jurista

Dr. Daniel de Sousa Alves
Jurista

Silvani Maia Resende Santana
Diretora-Geral

José Alves Siqueira Filho
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

Walter Schel Alves da Costa Raposo
Secretário Judiciário

Anderson Cavalcanti de Lima
Secretário de Tecnologia da Informação

Tadeu Almeida Martins
Secretário de Gestão de Pessoas

Raimundo Nonato Gonçalves Júnior
Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica



Sumário

1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.....	5
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	6
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	7
4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA	8
5. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA	9

1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Nº	AÇÃO	OBJETIVO	UNIDADE	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Atualizar levantamento das pessoas com deficiência (PCD) do quadro de pessoal: magistrados, servidores (com ou sem vínculo), estagiários e terceirizados, e percentual em relação aos totais.	1. Obter dados para subsidiar ações de acessibilidade e inclusão; e 2. Gerenciar a evolução desse número.	SGP/NSA / SAOF	Contínuo	1. Aprimorar o sistema de cadastramento de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados para detalhar diagnóstico e necessidades das PCD; 2. Alimentar integralmente o banco de dados do referido sistema; 3. Expedir e fornecer e relatórios ao NSA.	Sem custo
2	Gerenciar percentual de servidores com deficiência (com ou sem vínculo) no exercício de cargos em comissão e funções de confiança em relação ao total.	1. Obter dados para fomentar a participação de servidores PCD na gestão do Tribunal.	SGP/NSA	Contínuo	1. Alimentar e sistema/banco de dados; 2. Expedir e fornecer relatórios ao NSA.	Sem custo
3	Realizar levantamento do quantitativo de pessoas com deficiência no eleitorado estadual distribuídos por zona e cartório eleitorais.	1. Obter dados para subsidiar ações de acessibilidade e inclusão na sociedade; e 2. Gerenciar a evolução desse número.	STI/CRE/ NSA	Contínuo	1. Alimentar sistema/banco de dados; 2. Expedir e fornecer relatórios ao NSA.	Sem custo

2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Nº	AÇÃO	OBJETIVO	UNIDADE	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Promover ações de capacitação nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	1. Informar e sensibilizar o corpo funcional sobre os desafios das PCD; 2. Estimular a adoção de condutas positivas; 3. Erradicar as barreiras atitudinais.	NSA/SGP	A definir	1. Programar e executar eventos de capacitação em todas as suas etapas: definir tema, professor ministrante, período, formato, abrangência, carga horária, requerer autorização, recursos, contratações, etc.	A definir
2	Promover ações de sensibilização nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência	1. Fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.	NSA/SGP / IMCOS	A definir	1. Programar e executar eventos de sensibilização em todas as suas etapas: definir temas, palestrantes, período, abrangência, requerer autorização, recursos, contratações, etc	A definir
3	Informar e sensibilizar gestores para viabilizar o cumprimento das exigências legais de acessibilidade e inclusão no âmbito de suas especialidades.	1. Garantir a acessibilidade das PCD; 2. Erradicar barreiras atitudinais, comunicacionais, tecnológicas e arquitetônicas; 3. Atender exigências legais e normativas.	NSA	Junho	1. Identificar as exigências de acessibilidade aplicáveis a cada unidade; 2. Expedir documento com essas informações; 3. Sugerir soluções; 4. Requerer à Administração Superior que expeça comunicação aos gestores.	Sem custo

3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Nº	AÇÃO	OBJETIVO	UNIDADE	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Viabilizar inclusão de recursos de acessibilidade nos vídeos produzidos	1. Garantir a acessibilidade das PCD; 2. Erradicar barreiras comunicacionais; 3. Atender exigências legais e normativas.	IMCOS/NSA		1. Convocar contratada para prestar os serviços de legendagem, audiodescrição e tradução/interpretação Português/Libras;	Conforme demanda
2	Viabilizar inclusão de recursos de acessibilidade nas matérias jornalísticas produzidas	1. Garantir a acessibilidade das PCD; 2. Erradicar barreiras comunicacionais; 3. Atender exigências legais e normativas.	IMCOS/NSA		1. Convocar contratada para prestar os serviços de legendagem e/ou audiodescrição	Conforme demanda
3	Viabilizar inclusão de recursos de acessibilidade nos eventos promovidos	1. Garantir a acessibilidade das PCD; 2. Erradicar barreiras comunicacionais; 3. Atender exigências legais e normativas.	CPC/NSA		1. Convocar contratada para prestar os serviços tradução/interpretação Português/Libras;	Conforme demanda

4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Nº	AÇÃO	OBJETIVO	UNIDADE	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Garantir a acessibilidade tecnológica no TRE-PI	1. Garantir a acessibilidade das PCD; 2. Erradicar barreiras comunicacionais / tecnológicas; 3. Atender exigências legais e normativas.	STI/NSA	Junho	1. Identificar as exigências de acessibilidade aplicáveis à STI; 2. Agendar reunião com os gestores da STI; 3. Debater alternativas de implementação viável para garantir ou melhorar a acessibilidade no Tribunal: 3.1. Programas de avaliação de nível de acessibilidade do site/links; 3.2. Tecnologia assistiva para PCD visual; 3.3. Programas de videoconferência acessíveis; 4. Traçar estratégia de implantação; 5. Sensibilizar a Administração Superior para patrocinar o projeto.	A definir

5. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Nº	AÇÃO	OBJETIVO	UNIDADE	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	PREVISÃO DE RECURSOS
1	Corrigir as falhas de acessibilidade identificadas pela CRE	1. Garantir a acessibilidade das PCD; 2. Erradicar barreiras físicas/arquitetônicas; 3. Atender exigências legais e normativas.	SAOF/NSA	Contínuo	1. Analisar relatórios de inspeção recebidos; 2. Elaborar tabela de acompanhamento/cobrança semestral de resultados; 3. Semestralmente, notificar a SAOF para informar sobre a regularização das falhas apontadas pela CRE; 4. Registrar respostas e prestar contas à CRE; 5. Repetir o procedimento semestralmente.	Sem custo
2	Monitorar a execução do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2024, firmado com o Ministério Público de Estado do Piauí, para garantir a acessibilidade dos prédios públicos que abrigam seções eleitorais nas eleições oficiais.	1. Garantir a acessibilidade das PCD; 2. Erradicar barreiras físicas/arquitetônicas; 3. Atender exigências legais e normativas.	NSA	Contínuo	1. Efetuar contato com a CRE para disponibilizar relatório encaminhado ao MPPI sobre os locais de votação em situação crítica de acessibilidade; 2. Realizar contato com o MPPI para informar sobre a regularização das falhas apontadas nos relatórios de vistoria das seções eleitorais.	Sem custo